

## ATA NÚMERO ONZE

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020

Aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e vinte, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, por videoconferência, em cumprimento com o ponto 3 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março - medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

O Senhor Presidente informou que no dia anterior começaram a ser realizados os testes de despistagem à COVID-19 a todos os colaboradores das IPSS do concelho, tendo sido realizados já na Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres e Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres. Informou ainda que funcionários do Lar do Ramirão, já tinham sido testados na semana anterior, acrescentando que este ato preventivo, serve para mitigar os efeitos causados pela pandemia COVID-19 e que é uma das medidas implementadas pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que comparticipa 50% dos custos dos mesmos, e é realizado no âmbito do Programa de Intervenção Preventiva em IPSS, responsabilidade do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em articulação com a CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Relativamente à validade científica dos testes o Senhor Presidente informou que os mesmos cumprem os requisitos emanados pela Direção Geral de Saúde. -----

Ainda o Senhor Presidente informou que o Chefe da Divisão de Administração Geral, bem como a sua equipa de trabalho, estão a desenvolver esforços para que as medidas aprovadas em reunião extraordinária realizada no pretérito dia 29 de abril, e aprovadas por unanimidade por parte de todo o Executivo, sejam colocadas em marcha no mais curto espaço de tempo, de forma a que possam ir ao encontro das necessidades das instituições, empresas, famílias e todos os munícipes do concelho. O mesmo afirmou ainda que, em termos de infetados no nosso concelho, dos três cidadãos que acusaram positivo ao teste ao COVID-19, apenas um continua positivo, estando os outros dois recuperados. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote, cumprimentou os presentes, para logo de seguida mostrar a sua preocupação relativamente aos empregos sazonais criados para a apanha de alguns frutos, dando o exemplo do mirtilo e framboesa e que por norma empregam indivíduos vindos do estrangeiro oriundos a título de exemplo de países como o Nepal, Índia ou Roménia, onde os casos positivos de COVID-19 são desconhecidos, pelo que propôs que a Senhora Engenheira Inês Madeira, do Gabinete de Proteção Civil Municipal, ficasse encarregue de fazer o levantamento do número de pessoas que se enquadram no desempenho dessas funções. Ainda o Senhor Vereador adiantou que no dia de ontem esteve em contato com o Dr. João Paulo Rebelo, responsável do governo por coordenar a resposta à pandemia COVID-19 na zona Centro e que o mesmo lhe transmitiu que estaria atento a situações idênticas, sendo que, assim que tivesse informações sobre os procedimentos a adotar, entraria imediatamente em contato com o Município de Fornos de Algodres. O mesmo Vereador informou os presentes de que nesse dia, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres tinha recebido um e-mail da ULS da Guarda, informando de que a ADC (Área Dedicada ao Covid) de Gouveia, a partir do dia 18 de maio, iria funcionar apenas no horário compreendido entre as 9 horas e as 13 horas. Adiantou ainda, que o plano de contingência municipal foi revisto e que o mesmo assume que no início da próxima semana, os serviços da Câmara Municipal irão regressar progressivamente à normalidade no que ao funcionamento diz respeito, adiantando que iriam estar a trabalhar apenas 50% dos funcionários do Município em regime presencial e os restantes 50% estariam a exercer as suas funções com recurso ao teletrabalho. Disse ainda que iriam ser disponibilizados dispensadores automáticos com desinfetante da família dos desinfetantes de base alcoólica SABA, junto às caixas de multibanco, parquímetros, escolas, cemitérios, sendo que, seriam igualmente distribuídos às Juntas de Freguesia para que, estas possam colocar os mesmos nos locais de maior afluência populacional. O mesmo Vereador informou que no domingo passado, os cemitérios estiveram abertos, respeitando normas específicas e que foram disponibilizadas a todas as Juntas de Freguesia máscaras cirúrgicas e desinfetante SABA, numa quantidade que teve em conta o número de residentes constantes nos censos realizados no ano de 2011. Informou ainda que no que concerne à reabertura dos cemitérios, bem como à realização de feiras e mercados, estas medidas seriam hoje debatidas em reunião da Comissão de Proteção Civil Municipal que decorrerá no final da tarde de hoje. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues mostrou a sua satisfação pela Câmara Municipal estar preocupada e a continuar a implementar medidas preventivas no que à pandemia da COVID-19 diz respeito. A mesma Vereadora mostrou o seu desagrado por na convocatória desta reunião ordinária da Câmara Municipal, apenas constar como ponto único da ordem de trabalhos “o período antes da ordem dia”, recordando ao Senhor Presidente de que neste momento a sociedade está mais ativa e que há situações que ainda não foram resolvidas, dando a título de exemplo as duas derrocadas que ocorreram na Estrada Nacional 16 em meados do mês de dezembro do ano transato, pelo que no seu entender já deveriam estar solucionadas, dado que a mesma tem observado que os empreiteiros estão a retomar a sua atividade e que o Senhor Presidente no início de janeiro afirmou que pela altura da realização da Feira do Queijo Serra da Estrela, que estava prevista para os dias 20, 21 e 22 de março, as obras estariam concluídas. A mesma Vereadora, interrogou ainda o Senhor

Presidente, para que o mesmo a inteirasse em que ponto de situação se encontrava a reclamação interposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco por uma candidata no âmbito do Programa PREVPAP, afirmando a mesma que não percebe a razão de gastos avultados por parte da Câmara Municipal principalmente com a contratação de uma advogada que por seu conhecimento é a mesma que colaborou e foi paga pelo trabalho realizado no processo de seleção, para interpor o recurso, na medida em que o mesmo veio negativo para a Câmara Municipal, ressaltando que até à presente data, a mesma não teceu qualquer juízo de valor acerca da jurista contratada. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote disse que existiu e existe confiança a 100% em todos os colaboradores da Câmara Municipal, assim como no trabalho desempenhado pela jurista, mostrando-se de consciência tranquila relativamente a este processo, o qual foi conduzido da maneira mais transparente que poderia existir. -----

O Senhor Presidente respondeu que as obras para concerto da derrocada decorrida na Estrada Nacional 16, junto ao Restaurante "Flor do Rio", começaram esta semana, no entanto no que concerne ao atraso relativamente à outra derrocada, disse desconhecer o ponto de situação, sabendo apenas que foram realizados todos os tramites legais por parte da Divisão de Obras Municipais e que a mesma já se encontrava adjudicada, remetendo para o Chefe de Divisão Técnica Municipal esclarecimentos adicionais. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues demonstrou a sua estranheza por não ter tido conhecimento da adjudicação das referidas obras. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, usou da palavra para esclarecer que todos os procedimentos aliados ao concurso foram executados, obedecendo a todos os requisitos de acordo com a lei vigente, sendo que a obra foi adjudicada à empresa " Irmãos Almeida Cabral ", visto ter sido a empresa que apresentou o orçamento mais baixo, frisando que esta semana entrou em contato com o responsável da empresa para se inteirar do ponto de situação da obra e que o mesmo lhe transmitiu que até à data as condições climáticas não permitiram o início dos trabalhos, dado ter existido um período de bastante pluviosidade. O mesmo informou ainda que o responsável da empresa transmitiu que devido ao estado de emergência decretado no âmbito da COVID-19, a empresa esteve a trabalhar somente com 50% dos seus colaboradores, o que também contribuiu para o atraso do início da obra. -----

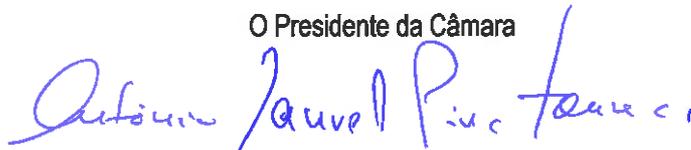
Relativamente à solicitação da Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues, no sentido de ser esclarecida acerca do ponto de situação da reclamação interposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco por uma candidata no âmbito do Programa PREVPAP, o Senhor Presidente respondeu que a Câmara Municipal tinha sido informada de que o parecer era desfavorável à Câmara Municipal, informando que a Câmara Municipal recorreu da sentença, encontrando-se neste momento a aguardar a decisão final. O Senhor Presidente garantiu, que caso se mantenha a decisão, a candidata que entrou para exercer funções públicas por tempo indeterminado na Câmara Municipal ao abrigo do Programa PREVPAP, terá que sair, frisando que a vacatura do lugar a verificar-se, não terá que obrigatoriamente ser ocupado por outra pessoa. O Senhor Presidente ainda sobre este assunto referiu que existiu apenas uma reclamação, o que por si só é indicativo da

seriedade com que todo este processo foi conduzido, acrescentando que por norma em processos desta índole, existem sempre alguns problemas por parte dos candidatos preteridos ou excluídos dos concursos. -----

Por sua vez, a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues retorquiou que seria importante todos os Vereadores da Câmara Municipal de Fornos de Algodres estarem esclarecidos acerca destes assuntos, o que no seu entender já deveria ter sido feito, argumentando que uma vez que lhes foi pedida a opinião, no seu entender deveria ter pelo menos um “feedback” acerca dos assuntos, frisando que eventualmente possa tal facto resultar de um esquecimento por parte do Senhor Presidente, o qual se comprometeu a enviar os esclarecimentos adicionais sobre o assunto por via correio eletrónico, acrescentando que na sua ótica, não é assim tão comum existirem este tipo de queixas. -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Luís Filipe Rodrigues dos Reis)